



- (1) **ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
(2) **ESTADUAL DAS CIDADES – CONCIDADES PARANÁ**, realizada no dia 28 de  
(3) Junho de 2012, com início às 8:30 horas, no Hotel Master, localizado na Rua  
(4) Francisco Torres, 285, em Curitiba-PR, com a presença dos Senhores Conselheiros:  
(5) **MANDATO 2011/2014: 01) Alceu Valdomiro Blaca do Nascimento**, titular,  
(6) segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade Confederação Nacional das  
(7) Associações de Moradores – CONAM; **02) Anselmo Schwertner**, titular, segmento  
(8) Movimentos Sociais e Populares, entidade Movimento Nacional de Luta pela  
(9) Moradia - MNLM; **03) Antônio Marcos Dorigão**, titular, segmento Área  
(10) Profissional Acadêmica e de Pesquisa, entidade Faculdade Estadual de Ciências  
(11) Econômicas de Apucarana – FECEA; **04) Aurita Ferreira Bertoli**, titular, segmento  
(12) Movimentos Sociais e Populares, entidade União por Moradia Popular do Estado do  
(13) Paraná – UMP/PR; **05) Carlos Alberto Lima**, suplente, segmento Movimentos  
(14) Sociais e Populares, entidade Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM;  
(15) **06) Carlos Roberto Bittencourt**, titular, segmento Secretaria de Estado da  
(16) Agricultura e do Abastecimento – SEAB; **07) Cincinato Augusto Buzato**, titular,  
(17) segmento Poder Público Municipal Executivo, entidade Associação dos Municípios  
(18) do Setentrião Paranaense – AMUSEP; **08) Débora Cristina Barreto**, titular,  
(19) segmento Poder Público Federal, entidade Superintendência do Patrimônio da União  
(20) no Paraná - SPU/PR; **09) Douglas Roberto Lopes dos Santos**, suplente, segmento  
(21) Área Empresarial, entidade Cooperativa de Habitação Urbana de Pato Branco; **10)**  
(22) **Edilene Teresinha da Silva**, suplente, segmento Movimentos Sociais e Populares,  
(23) entidade Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM; **11) Eliane Cordeiro**  
(24) **de Vasconcelos Garcia Duarte**, suplente, segmento Poder Público Federal, entidade  
(25) Universidade Federal do Paraná – UFPR; **12) Eliete de Campos Lima**, suplente,  
(26) segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade Movimento Nacional de Luta  
(27) pela Moradia – MNLM; **13) Elizabeth Bueno Cândido**, titular, segmento  
(28) Movimentos Sociais e Populares, entidade Central de Movimentos Populares – CMP;  
(29) **14) Gilmário Ferraz da Silveira**, suplente, segmento Poder Público Estadual,  
(30) entidade Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU; **15) Hilma de**  
(31) **Lourdes Santos**, titular, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade  
(32) Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM; **16) Honorina Irene Silva**  
(33) **Santos**, suplente, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade Central de  
(34) Movimentos Populares – CMP; **17) Jair Euclides Capristo**, suplente, segmento  
(35) Área Empresarial, entidade Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP;  
(36) **18) José Abel Brina Olivo**, suplente, segmento Organizações Não Governamental –  
(37) ONG’S, entidade Observatório Social de Guarapuava; **19) José Aparecido Leite**,  
(38) titular, segmento Organizações Não Governamentais – ONG’s, entidade Instituto  
(39) Brasileiro dos Deficientes Visuais em Ação – IBDVA; **20) Juan Ramon Soto**  
(40) **Franco**, titular, segmento Poder Público Estadual, entidade Departamento de  
(41) Trânsito do Paraná – DETRAN; **21) Lindelma Furtado de Melo Chionpato**,  
(42) suplente, segmento Poder Público Municipal Executivo, entidade Associação dos  
(43) Municípios do Médio Paranapanema – AMEPAR; **22) Luis Henrique Cavalcanti**  
(44) **Fragomeni**, titular, segmento Poder Público Federal, entidade Universidade Federal  
do Paraná – UFPR; **23) Luiz de Mauro**, titular, segmento Movimentos Sociais e



- (45) Populares, entidade Confederação Nacional das Associações de Moradores –  
(46) CONAM; **24) Marcos dos Santos Fagundes**, titular, segmento Poder Público  
(47) Municipal Executivo, entidade Associação dos Municípios do Norte Pioneiro –  
(48) AMUNORPI; **25) Marli Segato Babinski**, suplente, segmento Área dos  
(49) Trabalhadores, entidade Sindicato dos Empregados no Comércio de Pato Branco; **26)**  
(50) **Mauro Sergio Langowski**, titular, segmento Movimentos Sociais e Populares,  
(51) entidade Central de Movimentos Populares – CMP; **27) Milton Luiz Brero de**  
(52) **Campos**, suplente, segmento Poder Público Estadual, entidade Coordenação da  
(53) Região Metropolitana de Curitiba – COMEC; **28) Mirabel Caldeira Lopes**, titular,  
(54) segmento Área Empresarial, entidade Associação Comercial e Industrial de Foz do  
(55) Iguaçu – ACIFI; **29) Neusa Matias Catarino**, titular, segmento Movimentos Sociais  
(56) e Populares, entidade União por Moradia Popular do Estado do Paraná - UMP-PR;  
(57) **30) Nilson Ferreira de Souza**, suplente, segmento Poder Público Municipal  
(58) Executivo, entidade Associação dos Municípios dos Campos Gerais – AMCG; **31)**  
(59) **Osni Bazilio Mendes**, titular, segmento Poder Público Municipal Executivo,  
(60) entidade Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba –  
(61) COMEC; **32) Paulo Nobukuni**, suplente, segmento Área Profissional, Acadêmica e  
(62) de Pesquisa, entidade Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO; **33)**  
(63) **Ricardo Tempel Mesquita**, titular, segmento Área dos Trabalhadores, entidade  
(64) Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Estado do Paraná – SINDARQ PR; **34)**  
(65) **Rosa Maria Moura da Silva**, titular, segmento Poder Público Estadual, entidade  
(66) Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES; **35)**  
(67) **Rosana Maria Bara Castella**, suplente, segmento Poder Público Estadual, entidade  
(68) Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA; **36) Sandro Almir Setim**, titular,  
(69) segmento Poder Público Estadual, entidade Coordenação da Região Metropolitana de  
(70) Curitiba – COMEC; **37) Sebastião Francisco Rego**, titular, segmento Movimentos  
(71) Sociais e Populares, entidade Central de Movimentos Populares – CMP; **38) Sérgio**  
(72) **Ferreira Doszanet**, suplente, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade  
(73) Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM; **39) Sirlei César**  
(74) **de Oliveira**, suplente, segmento Área de Trabalhadores, entidade Federação dos  
(75) Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná –  
(76) FETRACONSPAR; **40) Tânia Mara Queiroz Ribas**, suplente, segmento Poder  
(77) Público Estadual, entidade Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e  
(78) Assuntos do Mercosul – SEIM; **41) Terezinha Aparecida de Lima**, suplente,  
(79) segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade Central de Movimentos  
(80) Populares – CMP; **42) Timóteo Borges de Campos**, titular, segmento Movimentos  
(81) Sociais e Populares, entidade Confederação Nacional das Associações de Moradores  
(82) – CONAM; **43) Valdívia dos Santos Lima**, suplente, segmento Movimentos Sociais  
(83) e Populares, entidade Confederação Nacional das Associações de Moradores –  
(84) CONAM; **44) Valter Fanini**, titular, segmento Área de Trabalhadores, entidade  
(85) Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná – SENGE; **45) Zilda Maria**  
(86) **Cavalardini**, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade Central de  
(87) Movimentos Populares – CMP. Presentes como visitantes: **Maria Vitória C.**  
(88) **Ferreira; Clarice Metzner; Odoné Serrano Jr; Carlos Freire Faria**. Presente  
(89) também o Senhor **Eduardo Manoel Araujo**, Secretário Executivo do Conselho



(90) Estadual das Cidades. O Senhor Eduardo Manoel Araujo convidou para comporem a  
(91) mesa a Comissão Organizadora da 16ª Reunião Ordinária: Conselheiros Antônio  
(92) Marcos Dorigão, titular, segmento Área Profissional Acadêmica e de Pesquisa,  
(93) entidade Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana – FECEA;  
(94) Aurita Ferreira Bertoli, titular, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade  
(95) União por Moradia Popular do Estado do Paraná – UMP/PR; Débora Cristina  
(96) Barreto, titular, segmento Poder Público Federal, entidade Superintendência do  
(97) Patrimônio da União no Paraná - SPU/PR; Osni Bazilio Mendes, titular, segmento  
(98) Poder Público Municipal Executivo, entidade Associação dos Municípios da Região  
(99) Metropolitana de Curitiba – COMEC; Mirabel Caldeira Lopes, titular, segmento  
(100) Área Empresarial, entidade Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu –  
(101) ACIFI e José Aparecido Leite, titular, segmento Organizações Não Governamentais  
(102) – ONG’s, entidade Instituto Brasileiro dos Deficientes Visuais em Ação – IBDVA.  
(103) De imediato o Senhor Eduardo Manoel Araujo leu a pauta da reunião que é a  
(104) seguinte: **1. Abertura Regimental; 2. Informes da Secretaria Executiva: Conselheiros**  
(105) **que justificaram ausência na 16ª Reunião Ordinária: Agenor de Paula filho –**  
(106) **COHAPAR – Poder Público Estadual; Carlos Hardt – CREA/PR – Área**  
(107) **Profissional Acadêmica e de Pesquisa; Eduardo Bazan Quezada – SEEC – Poder**  
(108) **Público Estadual; Ivaldo Pedro Patrício – DETRAN – Poder Público Estadual;**  
(109) **Jefferson Wanderlei Pallú – ACICLA – Área Empresarial; Juliana de Jesus**  
(110) **Maciel – UMP – PR – Movimentos Sociais e Populares; Karin Odette**  
(111) **Bruckheimer – Conselho Regional de Psicologia 8ª Região – Área Profissional**  
(112) **Acadêmica e de Pesquisa; Marcel Junior Batista de Oliveira – Câmara Técnica de**  
(113) **Abatia – Poder Público Municipal; Maria da Graça Silva de Souza – UMP PR –**  
(114) **Movimento Sociais e Populares; Maria Felomena Oliveira Sandri – ADEMA –**  
(115) **ONGs; Maria Neuza Lima de Oliveira – SINTRACON – Área dos Trabalhadores;**  
(116) **Ronald Peixoto Drabik – ACIC – Área Empresarial - Está desligado do cargo**  
(117) **temporariamente para campanha política; Rosina Coeli Alice Parchen – SEEC –**  
(118) **Poder Público Estadual; Sandra Cristina Lins dos Santos – SEAB – Poder Público**  
(119) **Estadual; Sandra Teresinha da Silva – IPARDES – Poder Público Estadual; Selma**  
(120) **Lúcia Gross de Freitas – Federação Sul do Urbanitários – Área dos Trabalhadores;**  
(121) **Tiago Colaço Guetter – SINDUSCOM – Área Empresarial; Vinício Costa Bruni –**  
(122) **SEMA – Poder Público Estadual; Walter Donini – SEDU – Poder Público Estadual;**  
(123) **Reuniões realizadas: a.11/04/2012 – Grupo de Trabalho de Adequação do**  
(124) **Regimento; b. 31/05/2012 – Comissão Coordenadora da 16ª Reunião Ordinária; c.**  
(125) **12/06/2012 – Grupo de Trabalho de Capacitação – Curso Transparência e Controle**  
(126) **Social; d.19/06/2012 – Audiência na Secretaria da Copa com o GT para Assuntos da**  
(127) **COPA; e. 20/06/2012 - Grupo de Trabalho de Capacitação – Curso Transparência e**  
(128) **Controle Social; Ofícios recebidos: a. Ofício 07/MI de 04/04/2012 sobre realização**  
(129) **da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional; b. Ofício 389/2012 de**  
(130) **28/05, Convite para o Presidente do CONCIDADES Sr. César Silvestri participar da**  
(131) **2ª Conferência Municipal de Planejamento Urbano e 1ª Conferência Extraordinária**  
(132) **da Cidade que ocorreu no dia 02 de junho na Câmara Municipal de Londrina; c.**  
(133) **Ofício 085/12 – GS de 12/06, Secretaria de Estado para Assuntos da Copa do Mundo**  
**de 2014, Resposta do 025/2012 enviado pelo Secretário Executivo do**



(134) CONCIDADES PR, agendando a reunião solicitada; **d.** Ofício 091/12-GS de 19/06,  
(135) Secretaria de Estado para Assuntos da Copa do Mundo de 2014, solicitação de  
(136) representantes do CONCIDADES PR para atuar junto às Câmaras Temáticas da  
(137) Secretaria de Estado para Assuntos da Copa de 2014; **e.** Ofício 298/2012 – SEMA-  
(138) GS Substituindo o Conselheiro Sr. Luis Antonio Larocca, foi indicado o Sr. Vinício  
(139) Costa Bruni; **f.** Ofício 060/2012 – SEIM – Foi indicado o Sr. João Francisco Valente  
(140) Tigrinho como Conselheiro Titular substituindo o Sr. Ricardo José Magalhães e  
(141) Tânia Mara Queiroz Ribas como Suplente, substituindo Ercílio Santinoni; **g.** Ofício  
(142) 008/2012 da Associação Comercial e Industrial de Cascavel, comunicando o  
(143) afastamento temporário (de 06/04 a 08/10/2012) do Conselheiro Roinald Peixoto  
(144) Drabik, candidato a cargo eletivo; **h.** Ofício 02642012 da Presidência da Câmara  
(145) Municipal de Curitiba, comunicando que aquele Poder Legislativo não indicará  
(146) representante para a 2ª Gestão do CONCIDADES PARANÁ, pedindo o seu  
(147) afastamento do Conselho; **i.** Ofício 26/2012 Ambiens Foi indicada a Sra. Giovana  
(148) Bonilha Milano como Conselheira Titular, substituindo o Conselheiro Sr. Ramon  
(149) Gusso; **Ofícios enviados:** **a.** Ofício 020/2012 enviado à Caixa Econômica Federal,  
(150) atendendo demanda da Câmara Técnica de Habitação, solicitando o aperfeiçoamento  
(151) do atendimento dos movimentos sociais e demais interessados nos programas do  
(152) Governo Federal implementados pela Caixa; **b.** Ofício 021/2012 enviado à SEMA,  
(153) atendendo demanda da CT Saneamento, solicitando a indicação de representante para  
(154) apresentar informações sobre a política estadual de saneamento; **c.** Ofício 022/2012  
(155) enviado à SANEPAR, atendendo demanda da CT Saneamento, solicitando a  
(156) indicação de representante para apresentar informações sobre a execução da política  
(157) estadual de saneamento no Estado do Paraná; **d.** Ofício 023/2012 enviado ao Instituto  
(158) da Águas, atendendo demanda da CT Saneamento, solicitando a indicação de  
(159) representante para apresentar informações sobre o sistema de outorga de recursos  
(160) hídricos no PR; **e.** Ofício 024/2012 enviado à Secretaria de Infraestrutura, atendendo  
(161) demanda da CT Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, solicitando um  
(162) representante para apresentar informações sobre a observância nas atividades  
(163) desenvolvidas no âmbito da SEIL em especial na questão do transporte coletivo  
(164) intermunicipal; **f.** Ofício 025/2012 enviado à Secretaria de Estado para Assuntos da  
(165) Copa do Mundo 2014, solicitando agendamento de uma Reunião para obter  
(166) informações e esclarecimentos; **g.** Ofício 026/2012 enviado ao Superintendente  
(167) Executivo do PARANACIDADE, solicitando que os municípios sejam orientados  
(168) quanto à obrigatoriedade da observância da legislação vigente no que se refere à  
(169) mobilidade urbana por ocasião da elaboração ou atualização dos planos diretores; **h.**  
(170) Ofício 027/2012 enviado à SETI, encaminhando moção de solidariedade às  
(171) reivindicações das instituições de ensino superior do Paraná; **i.** Ofício 028/2012  
(172) enviado ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina, indicando o  
(173) Conselheiro Antonio Marcos Dorigão e a Conselheira Lindelma Furtado de Melo  
(174) Chionpatto para participarem da 2ª Conferência Municipal de Planejamento Urbano e  
(175) 1ª Conferência Extraordinária da Cidade, representando o CONCIDADES PR; **j.**  
(176) Ofício SEDU/DG 0092 enviado ao Diretor Geral da PGE, solicitando cópia do  
(177) processo 10.527.206-5 que trata do Projeto de Lei decorrente das conclusões do  
Seminário do Conselho Estadual das Cidades realizado em 17 de março de 2010;





(178) **Aliança Nosso Paraná Sustentável:** Adesão do Governo do Estado do Paraná, com  
(179) a assinatura pelo Senhor Governador. A Aliança foi apresentada no Fórum  
(180) Corporativo de Sustentabilidade do Pacto Global da ONU na Conferência Rio + 20;  
(181) **Informações Gerais: a.** Realização em 05/06/2012, na SEDU/PARANACIDADE,  
(182) de reunião técnica seguida de debate e oficina sobre “Plano Diretor Municipal e  
(183) Gestão Democrática da Cidade – limitações, experiências e oportunidades”. Dirigido  
(184) a membros de Conselhos de Desenvolvimento Municipal, o evento foi realizado por  
(185) meio de videoconferência a partir do auditório da Instituição em Curitiba, com  
(186) transmissão simultânea aos escritórios regionais de Londrina, Maringá, Guarapuava e  
(187) Cascavel; **b.** Apresentação em 14/06/2012 pelo Secretário Cezar Silvestri, do  
(188) Programa SEDU/PARANACIDADE Interativo. Instrumento com o objetivo de  
(189) racionalizar o uso dos recursos públicos. 2. Aprovação da Pauta - a 16ª Pauta foi  
(190) aprovada. **3.** Leitura e Aprovação da Ata da 15ª Reunião Ordinária: o Secretário  
(191) Executivo Manoel Eduardo Araujo dispensou a leitura da Ata da 15ª Reunião, pois a  
(192) mesma já havia sido enviada para todos os Conselheiros do CONCIDADES-PR,  
(193) sendo assim, a Ata foi aprovada com ressalvas. **4.** Retirada dos dados pessoais dos  
(194) Conselheiros do site do CONCIDADES-PR – solicitação do Conselheiro Antonio  
(195) Marcos Dorigão para que fossem retirados todos os dados pessoais do site, ou o  
(196) Conselheiro deve optar se permanece esses dados ou não; Alceu Valdomiro Blaca do  
(197) Nascimento solicitou que permanecessem os outros dados e só fossem retirados do  
(198) site o RG e CPF; José Abel Brina Olivo esclareceu que com a vigência da lei de  
(199) transparência os dados são públicos; Timóteo Borges de Campos salientou que  
(200) devem ser tirados do site o RG e CPF dos Conselheiros; José Aparecido Leite expôs  
(201) que é opcional para cada Conselheiro a retirada ou não dos dados pessoais do site; **a**  
(202) Conselheira Lindelma Furtado de Melo Chionpato: “A minha sugestão é que o que já  
(203) foi feito, como sempre tudo que nós já solicitamos a Secretaria deste Conselho  
(204) imediatamente já é providenciado então parabéns a equipe que esta sempre em  
(205) prontidão e penso o seguinte, não é questão José Leite de querer deixar ou não o seu  
(206) nome lá já que somos conselheiros, o mínimo que nós devemos fazer é expor mesmo  
(207) o nosso nome completo, o nosso endereço, os nossos telefones do trabalho, celular,  
(208) da entidade que nós representamos, da instituição que nós estamos trabalhando e  
(209) inclusive a instituição que nós representamos aqui. Quanto ao RG e o CPF acredito  
(210) que ninguém aqui deste Conselho teria problema em disponibilizar, o problema é o  
(211) que pode ser feito com esses dois documentos de suma importância na vida pessoal  
(212) da pessoa. Então isso não quer dizer que eu tenha vergonha de dizer aqui ao  
(213) promotor que esta presente neste conselho se eu tenho débitos ou não na  
(214) Pernambucanas, se eu devo ou não na Caixa Econômica Federal, não é este o meu  
(215) problema particular, mas eu penso que infelizmente facções poderiam usar o RG ou o  
(216) CPF para que não fosse para um fim lícito, então por isso penso que o nome  
(217) completo, data de nascimento, endereço, local da instituição, da associação é  
(218) transparência da seriedade deste Conselho.”O Conselheiro Paulo Nobukuni relatou:  
(219) “Acredito que tem que ser assim, o que a gente representa, o endereço de casa eu  
(220) acho terrível, agora o endereço da Universidade onde eu trabalho, o meu nome, CPF  
(221) etc. não vejo problema, porque o pessoal vai nos contatar, eu acho que precisamos  
abrir caminho para que a sociedade possa nos contatar em quanto Conselheiros, em



(222) quanto a minha vida particular na minha casa acho que ninguém tem que ir lá, a não  
(223) ser que eu autorize, senão a gente estará desrespeitando a Constituição e é um direito  
(224) sagrado o lugar que a gente mora, então acho que os dados públicos, como nome,  
(225) local de trabalho, telefone e etc tem que constar inclusive porque como disse o  
(226) Conselheiro José Abel estamos na era da transparência. Obrigado.”; O Conselheiro  
(227) Nilson Ferreira de Souza disse que a retirada do CPF e RG está de bom tamanho, e  
(228) que não há problema em continuar constando no site o telefone e endereço  
(229) eletrônico; O Conselheiro Carlos Alberto Lima ressaltou que estão confundindo a  
(230) função de Conselho e Conselheiro, que transparência é uma função pública; Aurita  
(231) Ferreira Bertoli salientou que o Conselheiro ficasse à vontade em decidir se quer  
(232) manter ou não seus dados pessoais no site, e encaminhe email à Secretaria Executiva  
(233) manifestando a sua vontade; A Conselheira Hilma de Lourdes Santos, ressaltou que  
(234) as pessoas, como é o caso dela, que fazem parte do Movimento Nacional não veem  
(235) nenhum problema ter o endereço de suas casas divulgado, por uma razão muito  
(236) simples, “nós representamos um movimento e nem sempre temos uma sede, onde é o  
(237) caso do Paraná, as sedes são as nossas casas, por tanto se as pessoas quiserem nos  
(238) achar elas tem que procurar lá, quanto ao RG e ao CPF precisa retirar do site. As  
(239) pessoas vão me achar no endereço que eu moro ou no meu telefone.” Sendo  
(240) aprovado por unanimidade que a Secretaria Executiva encaminhe email a todos os  
(241) Conselheiros solicitando as informações acerca da permanência ou não dos dados  
(242) pessoais no site do CONCIDADES-PR. Assunto extra-pauta quanto ao  
(243) comparecimento dos Conselheiros Antonio Marcos Dorigão e Lindelma Furtado de  
(244) Melo Chionpato ao Conselho Municipal de Londrina, o Conselheiro Carlos Alberto  
(245) Lima disse que as deliberações e/ou as representatividades que esse Conselho tem,  
(246) ou e precisa ter junto a sociedade, precisa passar por este pleno. Evidentemente que  
(247) se há uma representatividade de mérito informal, cabe ao Secretário, ao Presidente a  
(248) escolha, mas o que eu queria ressaltar é a importância de nós discutirmos as  
(249) representatividades públicas que concede ao Conselho Estadual das Cidades, que  
(250) devem passar por este pleno, então quando alguém, quando lendo um ofício de  
(251) representatividade de composição como nós estamos vendo aqui alguns que vieram e  
(252) pessoas que foram nomeadas como por exemplo o item “i”: instituto de pesquisa de  
(253) planejamento urbano de Londrina indicando conselheiro Antonio Marcos Dorigão  
(254) conselheira Lindelma são companheiros nossos aqui e não há nenhuma dificuldade  
(255) em relação a isso, mas o meio que me preocupa é como nós estamos fazendo isso,  
(256) hoje esses dados tem que vir aqui e nós temos que discutir sim a representatividade  
(257) do colegiado, acho que nem cabe a votação porque isso é praxe de todo conselho que  
(258) a Secretaria Executiva esteja atenta a essa questão se não chegou em tempo hábil que  
(259) vá representando este CONCIDADES-PR o Secretário, porque agora para  
(260) representar o Conselho tem que passar nesse pleno aqui e nós discutimos sempre.”  
(261) Conselheiro Gilmário Ferraz da Silveira: “Bom dia a todos, Gilmário da SEDU, eu  
(262) pedi pra falar em razão disso que o Dorigão e a Lindelma estiveram presente lá, eles  
(263) fizeram um convite para o Concidades e desde o primeiro momento como você  
(264) mesmo falou Carlos eu tive a preocupação de ir lá eu estive lá primeiramente, não  
(265) pude ir por isso foi o Dorigão e a Lindelma de último momento, mas eu sempre tive a  
preocupação de ir lá como Conselheiro e não como representante do Concidades,



(266) inclusive o secretario estaria ciente disso, o Diretor, acho que o Eduardo também  
(267) porque eu cheguei a conversar com ele né, em momento algum eu fui falar em nome  
(268) do Concidades, até porque essa representatividade tem que passar aqui pelo  
(269) conselho/plenário, então só pra deixar mais esclarecido do que já está, eu pelo menos  
(270) estive lá e tive essa preocupação de passar minha experiência como Conselheiro.” O  
(271) Conselheiro José Abel Brina Olivo pediu a palavra para salientar a falta de  
(272) comunicação aos Conselheiros, disse “que em exemplo disso, foi marcada uma  
(273) reunião para o dia 05/06 Curso de Capacitação de Conselheiros via teleconferência  
(274) pelo TCE, eu em Guarapuava fiquei sabendo na hora que estava acontecendo, o  
(275) companheiro Alceu está dizendo que nem sequer ficou sabendo. Nós precisamos  
(276) melhorar essa comunicação do Conselho, mesmo porque de última hora acho que  
(277) tem outras atividades pra se compatibilizar, outra situação também pontual é o caso  
(278) do GT da COPA quando foi marcado a audiência com o Secretário da COPA, alguns  
(279) companheiros no caso o Mirabel de Foz do Iguaçu nem sequer foi avisado, então nós  
(280) precisamos melhorar essa comunicação da Secretaria Executiva com os  
(281) Conselheiros. Obrigado.”O Conselheiro Antonio Marcos Dorigão pediu a palavra  
(282) para prestar esclarecimento:“Como foi citado eu e a Lindelma estivemos lá no  
(283) evento, mas saliento que não falei em nome do concidades, eu falei como  
(284) Conselheiro eu tive uma fala, uma apresentação até fui pego de surpresa né Gilmário  
(285) pediram pra eu dar uma palestra sobre participação social no evento, então assim de  
(286) um dia para o outro tive que me preparar mas eu não fui dar uma palestra sobre o  
(287) Concidades ou falar especificamente como Concidades eu fui como Conselheiro, fui  
(288) como professor e lá deixei bem claro no início que não haveria interferência porque  
(289) eu não tinha este poder naquela mesa, não haveria qualquer interferência isso foi  
(290) minha primeira fala na abertura daquele evento, só um esclarecimento neste sentido.”  
(291) A Conselheira Lindelma Furtado de Melo Chionpato pediu desculpas e permissão a  
(292) mesa “porque o companheiro Abel foi para outro assunto que também preciso falar  
(293) depois, mas agora eu ainda gostaria de falar da situação de Londrina. Tudo que foi  
(294) falado aqui foi realmente o que aconteceu, inclusive agradeço você Carlos Lima pelo  
(295) carinho que você confiou que os próprios conselheiros tenham autonomia pra  
(296) representar este conselho, mas pensando de forma diferente que devemos passar por  
(297) esse pleno a situação foi por isso que eu Lindelma como membro da comissão  
(298) organizadora desta coisa que teve que acontecer em Londrina que eu prefiro nomear  
(299) assim solicitei que levássemos o Dr. Gilmario até na condição de procurador que ele  
(300) também é para nos orientar como proceder, Marcos com todo respeito a excelente  
(301) fala que você fez naquele evento gostaria de dizer que quando eu pedi que alguém  
(302) fosse lá que não fosse a Lindelma já por fazer parte da comissão era exatamente para  
(303) tentarmos resolver isso que delicadamente o Dr. Gilmario colocou ali como um  
(304) problema uma peculiaridade isso tem trazido grandes prejuízos a Londrina inclusive  
(305) uns dos meus pedidos aqui hoje a este Conselho, como suplente deste conselho, eu  
(306) imploro que saia daqui um Ofício que o Conselho Estadual das Cidades cobre do  
(307) município de Londrina como é que esta definido o seu conselho municipal, porque  
(308) nós estamos perdendo recursos com essa bagunça política que foi criada naquela  
(309) cidade e que eu como Conselheira estadual às vezes me sinto até envergonhada de  
não estar tendo forças para fazer nada, então venho aqui pedir o apoio deste



(310) Conselho pra gente tentar resolver aquela situação cobrando como é que ficou o  
(311) conselho municipal da cidade de Londrina e apresente inclusive quem são seus  
(312) delegados, titulares e suplentes. Obrigada.”O Conselheiro Sérgio pediu a palavra  
(313) “referente a esse ofício que foi colocado a representação do conselheiro, eu gostaria  
(314) de colocar aqui que quando não houvesse, como houve, esse entre tempo de uma  
(315) reunião e outra como nós fazemos reuniões trimestrais isso acontece entre tempo e  
(316) quando acontecer isso abrisse uma pauta para estes conselheiros apresentar na  
(317) próxima reunião o que aconteceu naquele exato momento aonde estiveram como  
(318) Conselheiros ou representando o CONCIDADES-PR seria um meio de apresentar  
(319) aos demais Conselheiros o que foi tratado.”O Conselheiro Antonio Marcos Dorigão  
(320) fez duas propostas de encaminhamento, a primeira é de que a Conselheira Lindelma  
(321) fez para encaminhar um Ofício para Londrina, perguntando como está constituído o  
(322) Conselho A segunda proposta é a que foi feita pelo Conselheiro Sergio que na  
(323) ocorrência de uma representação de conselheiros em algum evento entre uma reunião  
(324) e outra que se venha a plenária dizer, fazer um breve relato do que aconteceu naquela  
(325) ocasião. Sendo estas votações aprovadas por unanimidade com duas abstenções. **5.**  
(326) Apresentação Câmara Técnica de Saneamento feita pela Conselheira Rosana Maria  
(327) Bara Castella, solicitação de encaminhamento ao Executivo Estadual com cópia ao  
(328) Ministério Público, para ciência e acompanhamento de solicitação de concurso  
(329) público de caráter emergencial, na área ambiental, conforme decisão da Câmara  
(330) Técnica de Saneamento na reunião realizada em 27/06/2012, tendo como justificativa  
(331) a apresentação realizada por técnico do Instituto das Águas do Paraná, seguida de  
(332) debate dos Conselheiros foi constatada que falta profissional técnico qualificado na  
(333) área de saneamento ambiental. Outro encaminhamento feito por esta Câmara foi a  
(334) contratação e realização de concurso para cargos técnicos nos seguintes órgãos:  
(335) Instituto Ambiental do Paraná; Instituto das Águas do Paraná; Secretaria de Estado  
(336) do Meio Ambiente. Sendo aprovado o encaminhamento por unanimidade. **6.**  
(337) Apresentação da Câmara Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana feita  
(338) pelo Conselheiro José Aparecido Leite, o Conselheiro começou sua apresentação  
(339) expondo que a Sra. Elizabete, Técnica do Departamento de Estradas de Rodagem do  
(340) Estado do Paraná – DER, foi solicitada para vir a essa Câmara para explicar sobre a  
(341) questão da licitação das concessionárias do transporte coletivo intermunicipais, mas  
(342) não pôde comparecer por motivos de agenda da mesma. Expôs que o DER contratou  
(343) uma empresa de consultoria para fazer um plano diretor de transporte. Salientou que  
(344) a técnica informou que não é possível que seja exigido que todos os ônibus tenham  
(345) acessibilidade, já que o prazo do decreto 5296/2004 é até o ano de 2014 e a partir daí  
(346) vai ser possível exigir que toda a frota seja adequada. Terminado sua explanação, a  
(347) Câmara Técnica de Trânsito propôs: que seja enviado um ofício para a Secretaria de  
(348) Infraestrutura solicitando as diretrizes do plano diretor, o Conselheiro José Aparecido  
(349) Leite salientou ainda que foi formada uma comissão composta pelos Conselheiros  
(350) José Leite, Ricardo Mesquita, Sérgio Doszanete e Valter Fanini para fazer uma  
(351) visita, e entregar em mãos o ofício para o Secretário de Infraestrutura e verificar as  
(352) questões do plano diretor. Outro encaminhamento desta Câmara envio de um ofício  
(353) ao Ministério Público do Paraná solicitando o acompanhamento da observadora  
Maria Vitória que acompanhou a reunião desta Câmara Técnica e concordou em





(354) acompanhar a visita. Esclareceu que primeiramente deve ser feito um ofício para a  
(355) COMEC e posteriormente para a Secretaria de Infraestrutura e Ministério Público,  
(356) agendando dia e hora para receber a comissão, e que no caso do transporte coletivo  
(357) metropolitano deve ser verificado com a COMEC. E ainda solicitou que esta mesma  
(358) comissão visite o presidente da COMEC. Outra solicitação desta Câmara é para que a  
(359) Secretaria Executiva do CONCIDADES-PR encaminhe um ofício para a Assembleia  
(360) Legislativa do Estado do Paraná solicitando alguém da frente parlamentar de  
(361) mobilidade urbana para que venha na próxima reunião desta câmara, e que traga  
(362) esclarecimentos para a mesma. Por fim solicitou a Secretaria da Copa explicações  
(363) sobre a questão de acessibilidade ao aeroporto Afonso Pena, em Curitiba e o  
(364) encaminhamento de um ofício ao Ministério Público do Paraná pedindo o  
(365) acompanhamento e a investigação das razões de adoção de solução viária para a  
(366) interseção entre a Rua Francisco H. dos Santos com a Avenida das Torres com custo  
(367) superior a dez vezes as soluções tradicionais já implantadas em Curitiba.  
(368) Esclarecimentos Conselheiros José Aparecido Leite: “Gostaria de saber mais  
(369) informações sobre o transporte coletivo intermunicipal se esta contemplado o item  
(370) acessibilidade. Como a gente não foi atendido, aliás fomos atendidos parcialmente e  
(371) informalmente pela Senhora Elizabete por telefone que eles não poderiam mandar  
(372) nenhum técnico do DER aqui para esta câmara técnica, para nos informar o que esta  
(373) sendo discutido e o que esta sendo pesquisado dentro desses ônibus de transporte  
(374) coletivo intermunicipal. Ela nos disse que o DER fez uma licitação para contratar  
(375) uma empresa pra fazer o plano diretor estadual dos transportes e com essa  
(376) informação a CT ontem resolveu fazer uma comissão e decidimos enviar um ofício a  
(377) COMEC em relação as linhas metropolitanas, para nós irmos lá conversar com o  
(378) Presidente da COMEC pra ver o que ele tem de informação e mandar um  
(379) representante em uma próxima oportunidade para nos informar aqui na CT o que ta  
(380) sendo discutido e essa mesma comissão, acompanhada Maria Vitória que é da  
(381) promotoria do MP, após essa visita a COMEC vamos a Secretaria de Infraestrutura  
(382) conversar com o Secretário e ver o que esta sendo discutido no plano diretor, qual as  
(383) diretrizes desse plano e que seja enviado um representante na CT para  
(384) esclarecimento. Solicitar ao MP, para a supervisão do promotor Odoné, para que eles  
(385) acompanhem e investiguem a construção da via na Av. das Torres, da ponte  
(386) estaiada.” Valter Fanini: “Com relação ao primeiro ponto que foi colocado pelo José  
(387) Leite, existem informações sobre o processo licitatório do transporte público, porque  
(388) já ocorreu em Curitiba e existe uma tentativa em Maringá e a gente sabe que esses  
(389) processos licitatórios na maioria das vezes envolvem recursos públicos e por trás  
(390) deles com as grandes tramas acabam por manipular os processos licitatórios e  
(391) também dentro da própria legalidade.”. Ricardo Mesquita: “Eu trabalhei no IPPUC  
(392) na década de 70 no início da minha carreira profissional, naquele tempo o IPPUC  
(393) não era um órgão de projeto arquitetônico, e esse projeto nos foi apresentado em  
(394) duas oportunidades, no conselho temático das cidades, na FIEP o Kleber presidente  
(395) do IPPUC nos apresentou uma solução de uma ponte estaiada para resolver o  
(396) problema entre a interseção da Av. das Torres com a Francisco H. dos Santos,  
(397) acontece que essa solução custa simplesmente 110 milhões de reais aos cofres  
públicos sendo que uma solução de preencher o viaduto custaria em torno de 10



(398) milhões, é um desperdício de recursos públicos já que com 110 milhões nós  
(399) resolveríamos todas as interseções da Av. das Torres e não apenas uma interseção.  
(400) São Paulo teve uma ponte estaiada e virou o cartão postal, então o que eles estão  
(401) querendo colocar ali é um cartão postal e não uma solução de mobilidade urbana,  
(402) sendo que essa solução da ponte estaiada envolve mais dois problemas pois até hoje  
(403) não se definiu qual o sistema de transporte coletivo será adotado naquela região, se  
(404) será subterrâneo ou aéreo, mostrar-se mais econômico fazer uma solução aérea,  
(405) aquela ponte vai ser um obstáculo e não vai ter como resolver a questão do transporte  
(406) coletivo no futuro, ou seja, com uma trincheira ou um viaduto ficaria muito mais  
(407) fácil você adotar qualquer outra reforma urbana posteriormente. Então nos estamos  
(408) solicitando ao Ministério Público um pedido de esclarecimento na nossa CT, que  
(409) venha um representante do IPPUC e da Prefeitura que justifique, embora eu acredite  
(410) que não a justificativa, a solução dessa solução viária. Sendo que segundo o Érico  
(411) Mórbitis já esta até em processo de licitação.” Carlos Alberto Lima: “Nós estamos  
(412) diante de um fato que antigamente fazia-se isso com praças, com pequenos símbolos  
(413) que marcavam administrações, nas cidades do interior tem lá um totem que marca a  
(414) administração política de determinado grupo antigamente a gente gastava só totem  
(415) hoje já se faz grandes obras características de grandes governos que passam de um  
(416) estado para o outro, então nós temos que marcar Curitiba realmente como uma  
(417) grande obra que governos de outros estados já tem, aí a gente consegue ter uma  
(418) identidade política de investimento, ou seja, São Paulo tem ponte desta natureza, aqui  
(419) nós temos uma direção política clara que segue essa ordem então nós estamos diante  
(420) da construção de um ícone de marcar a administração sobre a ótica política de  
(421) sustentação. Então quero parabenizar a ação da câmara, essas informações foram  
(422) muito pertinentes ao Conselho e como nós temos colocado que essa câmara traga  
(423) aqui em um debate coletivo no pleno essas pessoas que venham aqui para que nós  
(424) possamos entender melhor o porque desta obra e que esse Conselho tome uma  
(425) posição pública em relação a isso, porque esse recurso não é só de Curitiba e muito  
(426) menos só do Paraná. Então de encaminhamento, que esse trabalho seja pautado em  
(427) uma reunião do pleno para que nos possamos ter aqui o CREA, o Instituto de  
(428) Engenharia, de Arquitetura de um lado e do outro lado esses senhores iluminados que  
(429) fazem tão bem os seus projetos políticos marcantes da cidade de Curitiba.” Paulo  
(430) Nobukuni: “Eu também queria parabenizar a câmara e acho que temos que tomar  
(431) uma medida, porque está havendo uma afronta as liberdades das instituições, como  
(432) relatou o companheiro, precisamos de representante dos sindicatos dos engenheiros,  
(433) como alguém do judiciário, poderá afrontar dessa forma a lei e isso tem que ser  
(434) denunciado e este Conselho tem que enviar também um documento porque isso é  
(435) antidemocrático, estão desrespeitando a questão do conhecimento técnico acho que a  
(436) gente tem que ter vontade política mas tendo que respeitar a competência técnica, por  
(437) exemplo do CREA, eu também sou membro do CREA sou geógrafo então é  
(438) inadmissível nós simplesmente atropelarmos o conhecimento acumulado.” Mauro  
(439) Sergio Langowski: temos algum representante da URBS neste Conselho? José  
(440) Aparecido Leite: não temos, porque é conselho estadual e a URBS é municipal.  
(441) Carlos Alberto Lima: “A minha proposta é que o pleno ratifique os estudos que vocês  
tão tendo na CT e amplie esse estudo e convoque para o pleno essas pessoas que



(442) vocês estão discutindo na CT, porque se for um encaminhamento de Conselheiro não  
(443) tem poder deliberativo então a minha proposta é que nós deliberemos agora faço uma  
(444) proposta de deliberação nessa questão e aí nós podemos até compor os nomes na  
(445) posterior eu proponho que algum conselheiro titular porque eu sou o suplente faça  
(446) um encaminhamento de solicitação da presença dessas pessoas que vocês estão tendo  
(447) esse tipo de informação, aqui para o pleno, que é praxe desse Conselho, ou seja, é  
(448) tratado na CT em um primeiro momento e amplia agora para o pleno essa discussão  
(449) não a necessidade de passar adiante de novo na CT não é essa a idéia, a idéia é que  
(450) venha para o pleno e traga aqui os representantes técnicos e também a parte política  
(451) responsável.”A votação proposta pelo Conselheiro Carlos Alberto Lima foi aprovada  
(452) por unanimidade. O Conselheiro Paulo Nobukuni propôs para que seja realizada uma  
(453) reunião extraordinária. Sendo este encaminhamento aprovado com unanimidade para  
(454) realização da reunião extraordinária para tratar deste assunto. **7. Apresentação**  
(455) **Câmara Técnica de Habitação feita pela Conselheira Débora Cristina Barreto; 1) A**  
(456) **Câmara Técnica de Habitação do CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES –**  
(457) **CONCIDADES PARANÁ deliberou em sua reunião ordinária do dia 27/06/2012,**  
(458) **pelo encaminhamento, endereçado: 1) Câmara Técnica de Planejamento e Gestão do**  
(459) **Solo Urbano e Territorialidade. Assunto: Planos Diretores dos Municípios do Estado**  
(460) **do Paraná. Solicitação: A Câmara Técnica de Habitação acolheu a discussão proposta**  
(461) **no grupo que fez referência ao processo atual de revisão dos Planos Diretores em**  
(462) **aproximadamente 125 Municípios do nosso Estado. Dessa forma, solicita a Câmara**  
(463) **de Planejamento que acompanhe e/ou formule encaminhamento sobre este assunto.**  
(464) **Justificativa: O Plano Diretor prevê em mecanismo de aplicação da legislação em**  
(465) **vigência, sendo que deverá ser avaliado como um todo a cada 10 anos.**  
(466) **Fundamentação: Com o Estatuto da Cidade/2001, a regulamentação e a**  
(467) **implementação do Plano Diretor Municipal torna-se instrumento prioritário no**  
(468) **planejamento da Cidade e na gestão e disciplinamento do solo urbano. 2) Câmara**  
(469) **Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana. Assunto: Insegurança na**  
(470) **Rodovia PR-445, Londrina PR. Solicitação: A Câmara Técnica de Habitação acolheu**  
(471) **a discussão proposta no grupo através informação exposta pela Conselheira**  
(472) **Lindelma, sobre as condições precárias de segurança da PR-445, em Londrina. Foi**  
(473) **relatado acidente com mortes no dia 20/06/2012. Solicita-se que a Câmara Técnica**  
(474) **de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, após a ciência do ocorrido, verifique a**  
(475) **situação dos projetos de requalificação desta rodovia, que inclui a duplicação das**  
(476) **pistas. Justificativa: As precárias condições de infraestrutura e mobilidade desta**  
(477) **rodovia estão certamente ocasionando problemas de fluxo e recorrentes acidentes,**  
(478) **com prejuízos para o desenvolvimento econômico e social da região, inclusive a**  
(479) **circunstância insustentável de vitimizar a população que a utiliza. 3) Secretaria**  
(480) **Executiva do ConCidades. Assunto: Ofício 020/2012, encaminhado à Caixa**  
(481) **Nacional. Solicitação: A Câmara Técnica de Habitação acolheu a discussão proposta**  
(482) **no grupo que fez referência ao encaminhamento do Ofício 020/2012, à Caixa**  
(483) **Nacional e solicita que este documento seja disponibilizado no site do ConCidades.**  
(484) **4) Secretaria Executiva ConCidades e COHAPAR. Assunto: Plano Estadual de**  
(485) **Habitação de Interesse Social – PEHIS. Solicitação: A Câmara Técnica de Habitação**  
acolheu a discussão proposta no grupo solicitar informações à COHAPAR sobre o



(486) andamento do PEHIS. Justificativa: O PEHIS está em desenvolvimento. Desde os  
(487) seminários regionais, bem como a apresentação de dezembro/2011 para a qual os  
(488) conselheiros integrantes da Câmara de Habitação foram convidados, não há  
(489) informações oficiais sobre os passos que foram dados adiante para a construção do  
(490) plano. 5) Secretaria Executiva do ConCidades. Assunto: Projeto de Requalificação de  
(491) Imóvel em área central de Curitiba, para fins de HIS-Entidades. Solicitação: A  
(492) Câmara Técnica de Habitação acolheu a discussão proposta no grupo que fez  
(493) referência aos imóveis que foram adquiridos pela União em março de 2010, com  
(494) recursos da Secretaria de Programas Urbanos, do Ministério das Cidades, com a  
(495) finalidade precípua de requalificação de espaços habitacionais em áreas centrais  
(496) através do Programa de Arrendamento Residencial, que atualmente tem aporte de  
(497) recursos no FAR, com beneficiários de 0 a 3 salários mínimos. Observa-se que está  
(498) sendo realizado estudo de viabilidade dos imóveis no tocante à implementação desta  
(499) finalidade, e que os imóveis poderão ser destinados a outro programa de  
(500) desenvolvimento urbano de interesse público se for constatado a impossibilidade de  
(501) adequação do edifício e enquadramento em programa de provisão habitacional  
(502) (Cláusula Sexta, Parágrafo Único do Contrato de Compra e Venda, Processo  
(503) nº04905.000635/2012-54, LIVRO-PR-06, FLS 94). Esta semana foi realizada  
(504) videoconferência na qual foi informado ao MCidades que a SPU, a CAIXA e a  
(505) COHAPAR não possuem profissionais (Cálculo de estrutura e prospecção)  
(506) qualificados para fazer o estudo necessário. Em complemento, a Caixa expôs que  
(507) seria necessário a contratação de empresa especializada em reabilitação de edifícios  
(508) para realização do referido estudo. Já foi esgotada na SPU e no Mcidades a  
(509) viabilidade de recursos para essa contratação em específico. Dessa maneira, solicita-  
(510) se à Secretaria Executiva do ConCidades que, por seu papel articulador, encaminhe  
(511) proposta para instituições representadas neste conselho evidenciando a problemática  
(512) e propondo indicação de profissionais capacitados com disponibilidade para a  
(513) execução deste trabalho. Objetiva-se a celebração de convênio ou Acordo de  
(514) Cooperação Técnica; Esclarecimentos feitos pelos Conselheiros: Lindelma Furtado  
(515) de Melo Chionpato: “Precisamos fazer um levantamento, conforme solicitou a CT de  
(516) planejamento nós temos conhecimento dos 125 municípios e os 399 restantes, como  
(517) está esse planejamento a quantas anda esse plano diretor porque a exemplo de  
(518) Londrina, será que está sendo usado todos os instrumentos garantidos no Estatuto da  
(519) Cidade na aplicação do plano diretor, então por isso que a câmara traz essa  
(520) solicitação.”Carlos Alberto Lima: “Sobre a questão do prédio, o prédio é de  
(521) propriedade da União, a deliberação, destinação e aplicação é da União então nós  
(522) temos que cobrar a União e esse Conselho tem que tomar posição de aplicação desse  
(523) prédio como foi na ferrovia, o prédio do Estação qual nós fizemos uma pressão muito  
(524) grande e foi daí para a Universidade Federal, nesse sentido o Conselho tem o seu  
(525) papel. Agora na questão municipal me preocupa, nós precisamos colocar o Conselho  
(526) uma posição de propriedade aqui da União no Estado do Paraná que tem que fazer  
(527) uma inter-relação com o município, então nós precisamos ver duas situações:  
(528) primeira a competência desse Conselho não ser simplesmente a questão técnica, ele  
(529) tem que ter neste Grupo de Trabalho o pessoal do Instituto de Engenharia, o CREA,  
mas o objetivo é a destinação dos imóveis da União do Estado do Paraná, fazer um





(530) levantamento de como é que esta essa questão que ate agora não voltou mais para  
(531) este Conselho, e incluindo esse empréstimo. Temos outros imóveis do Estado do  
(532) Paraná que a gente sabe está na mão de quem? Então, eu queria só propor para a  
(533) Câmara Técnica que fosse a Secretaria da SPU ou um órgão de entidade federal e  
(534) fizesse uma posição de articulação através desse órgão, da questão interface  
(535) municipal desse prédio e outros também, quero propor que este Conselho encaminhe  
(536) um Ofício para a SPU para que seja apresentado uma posição para este Conselho.  
(537) Anselmo Schwertner: “Na CT na parte da revisão dos planos diretores tem um dado  
(538) errado ali, é a cada 5 anos que tem que fazer a revisão e não 10. Precisamos ver como  
(539) vamos fazer para adequar os planos diretores e para que os mesmos sejam revistos,  
(540) sabendo que muitos foram feitos e estão na gaveta, está é a responsabilidade deste  
(541) Conselho é que de fato a SEDU se responsabilize pra que isso de fato aconteça, está  
(542) revisão dos planos.” Alceu Valdomiro B. do Nascimento: “Eu faço parte do Conselho  
(543) da Cohapar, eu e o Anselmo, e a gente só queria passar que foi aprovado o plano, foi  
(544) encaminhado para a Assembléia e a questão das casas que eles estão fazendo no  
(545) Paraná infelizmente muitas construtoras que pegaram para fazer as casas acabaram  
(546) desistindo dando um grande contra tempo, atrasando bastante a condição dessas  
(547) casas no Paraná inteiro e dia 26 é para termos uma reunião e estamos acompanhando  
(548) mas está lento pra que realmente ande e funcione este plano, como o Anselmo disse  
(549) realmente precisamos trazer o pessoal aqui pra relatar mais detalhes sobre essa  
(550) questão de habitação que está no Congresso Nacional para ser aprovado e hoje só  
(551) investimento do Estado então não tem verba para investir como teria que ser através  
(552) da PEC que pode ser aprovada.” Paulo Nobukuni: “Eu queria avançar um pouquinho  
(553) sobre a questão de habitação para fim social. Evidente que os casos concretos como  
(554) levantou a Lindelma excelente, mas evidente concordo com o Carlos também que a  
(555) gente não pode apenas fazer estudos particulares vou pegar o caso de Guarapuava lá  
(556) tem um significativo número de pessoas que habitam em áreas inundáveis e a Dilma  
(557) no início do ano, lançou aquele plano da minha casa minha vida ou como que chama  
(558) o projeto dela e era prioritariamente para essas pessoas que vivem em fundo de vale  
(559) em área de risco, na verdade o que falta é principalmente os municípios terem os seus  
(560) planos porque não da para o Governo Federal de Brasília e o Governo Estadual aqui  
(561) de Curitiba ficar metendo o dedo lá dentro de Guarapuava e nem em outros  
(562) municípios. Tem razão o meu nobre colega Anselmo, se a gente não ficar antenado  
(563) os caras passam como um trator sobre a gente dinheiro tem Alceu, eu acho que o  
(564) seguinte a gente não pode cair nesse lance de um nível de oposição ficar acusando o  
(565) outro, olha o Governo Estadual não presta, o Governo Federal não presta não  
(566) podemos ficar nesse jogo principalmente esse ano. Agora o que a Universidade pode  
(567) fazer e que a gente tem feito, pegar imagem do google do Jardim das Américas  
(568) Alceu, o pessoal quer sair das áreas inundáveis quer, agora eles não podem ir pra  
(569) 2000 KM, eles querem ir pra próximo o que a gente pensou com os alunos de  
(570) planejamento de gestão de território, fizemos a pesquisa no google e vimos que tem  
(571) quarteirões desocupados falta bondade política para ser resolvida essa questão e  
(572) nunca consultam a Universidade, não vão consultar a Universidade de jeito nenhum  
(573) fazem as coisas como fizeram no aterro sanitário que deu um prejuízo para os  
catadores de material reciclável também é culpa da Universidade, na Universidade é



(574) assim quando aparece dinheiro tem professor que nunca pesquisa esse tema apareceu  
(575) dinheiro e bolsa e ele vai pesquisar o Governo, no caso o Governo do Estado do  
(576) Paraná, tem que primeiro ver o histórico dos professores que mexem com os  
(577) movimento populares. Então que a gente tenha esse cuidado, isso que eu queria  
(578) discutir com os meus nobres colegas. Obrigado.” 8) Apresentação Câmara Técnica  
(579) de Planejamento feita pelo Conselheiro Carlos Alberto Lima, que relatou a NOTA  
(580) TÉCNICA N. 01/2012: A Câmara Técnica de Planejamento e Gestão do Solo  
(581) Urbano e Territorialidade do Conselho Estadual das Cidades reunida em seção  
(582) ordinária no dia 27 de junho de 2012, produziu a presente Nota Técnica, tendo como  
(583) tema a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná. O  
(584) documento foi elaborado com base nas informações expostas pelos representantes do  
(585) Governo do Estado, na reunião plenária do Conselho Estadual das Cidades do dia 22  
(586) de março de 2012, que teve as seguintes abordagens e expositores:

(587) • Apresentação dos Princípios, Planos e Diretrizes Gerais do Desenvolvimento  
(588) Urbano do Paraná, feita pelo Diretor Geral da Secretaria de Estado do  
(589) Desenvolvimento Urbano (Sedu), Jamil Abdanur Júnior;

(590) • Apresentação da base (estrutura) institucional estadual para implementação  
(591) da política estadual de desenvolvimento urbano, legislação e organismos executores  
(592) (Sedu, Sanepar Cohapar, Paranacidade, Ipar-des) e órgãos metropolitanos feita pelo  
(593) Analista de Desenvolvimento Municipal, Carlos Augusto Storer;

(594) • Apresentação da implementação das ações LOA e PPA da Secretaria de  
(595) Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU), feita pela Coordenadora Técnica,  
(596) Adriane Nunes Ferreira. As análises efetuadas pelos membros da Câmara Técnica de  
(597) Planejamento, sobre as informações repassadas na reunião plenária do Conselho  
(598) Estadual das Cidades realizada em 22 de março de 2012, permitiram estabelecer as  
(599) seguintes conclusões sobre o atual estágio de construção e implementação da Política  
(600) Estadual de Desenvolvimento Urbano no Paraná. Que o atual Governo do Estado não  
(601) apresentou um Plano de Desenvolvimento Urbano para o Estado do Paraná, que  
(602) contemple um diagnóstico econômico, social e físico territorial do conjunto de  
(603) cidades paranaenses, os cenários tendenciais e desejados e que indiquem quais são as  
(604) possibilidades de intervenção do Estado no processo de transformação da rede de  
(605) cidades paranaenses e suas regiões metropolitanas. Que o referencial do governo do  
(606) Estado para atuar sobre o processo de desenvolvimento urbano é o seu Plano de  
(607) Governo, que foi considerado insuficiente para orientar a ação e definir o papel do  
(608) governo do Estado no processo de desenvolvimento urbano paranaense por limitar-se  
(609) a descrição de ações genéricas ou pontuais, sem conteúdo sistêmico. Que os  
(610) documentos, estudos, planos e propostas produzidos pelo Estado - Política Estadual  
(611) de Desenvolvimento Urbano e Regional do Paraná (SEDU, PARANACIDADE,  
(612) 2003) - não foram contemplados nas apresentações nem considerados como  
(613) orientadores do atual Governo. Que a base institucional, representada pelo conjunto  
(614) de Leis e organismos estaduais atuantes, principais instrumentos de implantação das  
(615) Políticas Urbanas pelo Governo do Estado, estão desatualizadas, no que se refere ao  
(616) arcabouço legal, e demandando recomposição, no que se refere às estruturas técnico-  
(617) administrativas do Estado, com cargos efetivos no quadro de servidores do Estado  
atendendo às necessidades de multidisciplinaridade. Podemos citar como exemplos



(618) de desatualização do arcabouço legal a lei que rege a formação dos órgãos  
(619) metropolitanos, que mantém para a gestão das áreas metropolitanas o modelo  
(620) centralizador e excludente da época das ditaduras, bem como, a própria lei que rege o  
(621) funcionamento do Conselho Estadual das Cidades. Quanto aos organismos  
(622) responsáveis pelo Planejamento e pela gestão urbana ficou claro, pelas respostas  
(623) dadas pelos palestrantes aos questionamentos efetuados pelos Conselheiros sobre a  
(624) real situação de funcionamento destas entidades, que se encontram totalmente  
(625) esvaziados de seus quadros técnicos e administrativos. Além disso, seus dirigentes  
(626) permanentemente demandam, sem sucesso, junto a Secretaria da Administração, a  
(627) restauração de seus quadros de funcionários perdidos ao longo dos últimos 20 anos.  
(628) Foi notória a constatação de que as entidades metropolitanas das regiões de  
(629) Londrina, Maringá e Cascavel foram criadas sem a constituição de um organismo  
(630) que dê suporte ao seu funcionamento, atuando somente com a figura de um  
(631) Coordenador que isoladamente nada pode fazer, constituindo-se num ônus ao erário  
(632) público com retornos limitados. Em relação às regiões de Foz do Iguaçu, Litoral e  
(633) Ponta Grossa não houve posicionamento por parte do Governo do Estado. Por fim, a  
(634) Comec, instituição responsável pelo planejamento e gestão das funções públicas de  
(635) interesse comum da Região Metropolitana de Curitiba, conta com apenas seis  
(636) servidores em sua área técnica. As previsões de investimentos apresentados pelo PPA  
(637) (Plano Plurianual) para investimentos nas cidades paranaenses e suas regiões  
(638) metropolitanas não tem nenhuma vinculação a um plano estadual de  
(639) desenvolvimento urbano, ou a alguma estratégia de desenvolvimento, vinculando-se  
(640) praticamente a um único programa (PAC da Mobilidade), direcionado a  
(641) investimentos em infraestrutura viária na Região Metropolitana de Curitiba. O  
(642) Paranacidade, que é o instrumento que dispõe de mais recursos humanos, financeiros  
(643) e técnicos para a implementação de política urbana no Estado, está limitado ao  
(644) financiamento de projetos urbanos municipais. Além disso, é referendado  
(645) exclusivamente na demanda e na capacidade de endividamento dos municípios, sem  
(646) o balizamento de uma estratégia de construção de infra-estruturas que possibilitem a  
(647) formação de uma rede de cidades integradas, que reduzam as desigualdades regionais  
(648) e contribuam para um processo de desenvolvimento mais equilibrado e mais  
(649) vigoroso, ou seja, sem fundamentação em um processo de planejamento. Por fim,  
(650) concluímos analisando as informações recebidas na reunião do Conselho das Cidades  
(651) de 22 de março de 2012, que a ausência de uma Política de Desenvolvimento Urbano  
(652) no Paraná e o enfraquecimento das instituições que são responsáveis pela sua  
(653) formulação e sua implementação não é fenômeno recente, mas algo que começou a  
(654) ter contornos mais fortes já na década de 80 com as sucessivas crises econômicas que  
(655) se abateram sobre o Brasil. Combinadas com a visão neoliberal da redução do papel  
(656) do Estado, acabaram por fragilizar de forma geral as instituições públicas brasileiras.  
(657) No entanto, o mais preocupante é percebermos que não há nenhum movimento  
(658) consistente por parte do atual Governo do Estado em reverter o quadro de estagnação  
(659) ou de desmonte do pouco que restou do aparato governamental dedicado à  
(660) formulação e implementação de políticas públicas urbanas para o Paraná.  
(661) Considerando que pela exigüidade do tempo das apresentações efetuadas alguma  
coisa importante não tenha sido revelada pelos representantes do Governo na seção



(662) plenária do Conselho das Cidades do dia 22 de março de 2012, sugerimos ao  
(663) Plenário do Concidades os seguintes encaminhamentos:

(664) 1) Que o presente parecer seja encaminhado para o Governador do Estado do Paraná  
(665) com cópia para o Secretário Estadual de Desenvolvimento Urbano, para o Ministério  
(666) Público e para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

(667) 2) Que na carta de encaminhamento seja solicitado à remessa para a Câmara Técnica  
(668) de Planejamento as seguintes informações e documentos:

(669) • Os documentos produzidos pelo Governo do Estado do Paraná ligados à  
(670) Política Estadual de Desenvolvimento Urbano, contendo: (I) os diagnósticos que lhe  
(671) dão sustentação, (II) os seus princípios gerais, (III) as estratégias de ação, (IV) as  
(672) metas a serem atingidas, (V) os programas e projetos previstos ou em fase de  
(673) implantação, (VI) os instrumentos de sua implementação e (VII) os recursos  
(674) financeiros vinculados aos orçamentos do governo do Estado para sua implantação  
(675) detalhando-se suas fontes;

(676) • A estrutura funcional e o quadro próprio de pessoal das entidades diretamente  
(677) vinculadas à elaboração e implementação de Políticas Públicas Urbanas, em especial  
(678) a Sedu, a Paranacidade e os Órgãos Metropolitanos das Regiões Metropolitanas de  
(679) Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel;

(680) • Os estudos elaborados pelo Governo do Estado para o redimensionamento  
(681) dos quadros de funcionários das entidades acima mencionadas para o cumprimento  
(682) de suas atribuições legais;

(683) 3) Que o Governo do Estado se posicione em relação aos documentos citados no  
(684) parágrafo 5º, que não foram objeto de apresentação na 15ª Reunião Ordinária do  
(685) CONCIDADES.

(686) 4) Que seja criado um grupo técnico intersecretarial do Governo Estadual, com a  
(687) participação de representantes do CONCIDADES, cujo objetivo seja de  
(688) operacionalizar a adequação entre a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano e  
(689) Regional já existente e as proposições do atual governo. O CONCIDADES solicita  
(690) que o Governo do Estado apresente, no prazo de 45 dias, um cronograma de trabalho  
(691) deste grupo. Para composição do grupo de trabalho, o CONCIDADES deve indicar  
(692) um representante de cada segmento procurando respeitar a participação de todas as  
(693) câmaras técnicas; colocada em votação a forma de composição da 5ª Conferência das  
(694) Cidades, 14 Conselheiros, para que cada segmento encaminhe os nomes à Secretaria  
(695) Executiva para providências. **9.** Indicação da Comissão Organizadora da 17ª Reunião  
(696) Ordinária: Ricardo Mesquita – representante da Área dos Trabalhadores; Paulo  
(697) Nobukuni - representante da Área Profissional Acadêmica e de Pesquisa; Sergio  
(698) Ferreira Doszanet representante do segmento Movimentos Sociais e Populares;  
(699) Douglas R. L. dos Santos – representante da Área Empresarial; Cincinato Augusto  
(700) Buzato – representante do Poder Público Municipal Executivo e José Abel Brina  
(701) Olivo - representante do segmento das Organizações Não-Governamentais ONGs.

(702) **10.** Indicação da Comissão Organizadora da Reunião Extraordinária: Mauro Sergio  
(703) Langowski – representante do segmento Movimentos Sociais e Populares; Giovanna  
(704) Bonilha Mulano – representante do segmento Organizações Não-Governamentais  
(705) ONGs; Osni Bazilio Mendes – representante do Poder Público Municipal Executivo;  
Valter Fanini – representante do segmento Área dos Trabalhadores; Jefferson





(706) Wanderlei Pallú – representante da Área Empresarial; Antonio Marcos Dorigão –  
(707) representante da Área Profissional Acadêmica e de Pesquisa; Rosana Maria Bara  
(708) Castella – representante do Poder Público Estadual; Eliane Cordeiro de Vasconcelos  
(709) Garcia Duarte – representante do Poder Público Federal. **11.** Apresentação do Grupo  
(710) de Trabalho de Regionalização feita pela Conselheira Rosa Maria Moura da Silva  
(711) sob o tema “Formular e Implementar uma Política de Desenvolvimento Regional” –  
(712) a Conselheira expôs que devemos definir estratégias e ações que norteiem e apoiem  
(713) as ações dos municípios; que orientem uma gestão cooperada e articulada  
(714) regionalmente; que ofereçam informações que subsidiem os municípios a conhecer  
(715) suas possibilidades de desenvolvimento e a enfrentar suas carências; criar/adequar  
(716) dentro da estrutura de governo, apoio para capacitação de servidores, professores,  
(717) lideranças e cidadãos de modo geral, adequadas às particularidades regionais, que  
(718) reforcem a gestão municipal/regional e que garantam uma participação qualificada  
(719) por parte da sociedade. Este programa de capacitação/formação deveria ser  
(720) desencadeado por meio de parcerias com as universidades públicas e institutos de  
(721) pesquisa governamentais; descentralizar as ações do governo, com a finalidade de  
(722) adequar às particularidades regionais a ação pública, os serviços e as tomadas de  
(728) decisões, garantindo maior possibilidade de participação e controle social. Por fim a  
(724) Conselheira salientou que a agenda de ações assumida pelo governo para dar  
(725) atendimento à definição da política, estratégias e ações demandadas pelo GT  
(726) Regionalização deve ser apresentada na próxima reunião do Concidades-PR. **12.**  
(727) Apresentação Grupo de Trabalho da COPA feita pelo Conselheiro José Abel Brina  
(728) Olivo, o Conselheiro expôs que o grupo de trabalho participou de uma reunião no dia  
(729) 19/06/2012 com o Secretário da COPA, Mário Celso Cunha, e que o mesmo ficou à  
(730) disposição deste Conselho para fazer uma explanação de todo procedimento da  
(731) COPA FIFA-2014, e que o mesmo encaminhou um Ofício ao CONCIDADES-PR,  
(732) para que indicasse Conselheiros para participar das Câmaras Temáticas, ficando  
(733) assim decidido: 1. Saúde - Conselheiro Mauro Sergio Langowski; 2. Segurança -  
(734) Conselheiro Alceu Valdomiro Blaca do Nascimento; 3. Educação, Cultura, Esporte e  
(735) Ação Social - Conselheiro Juan Ramon Soto Franco; 4. Estádio - Conselheiro José  
(736) Ricardo Vargas de Faria; 5. Infraestrutura - Conselheiro Érico Morbis; 6. Comercial  
(737) e Tecnologia - Conselheiro Gilmário Ferraz da Silveira; 7. Meio Ambiente e  
(738) Sustentabilidade - Conselheiro Carlos Lima; 8. Transparência - Conselheiro José  
(739) Abel Brina Olivo, Sirlei César de Oliveira; 9. Turismo - Conselheiro Mirabel  
(740) Caldeira Lopes. Sendo aprovada a seguinte composição e solicitação dos demais  
(741) Conselheiros deste CONCIDADES-PR, que estes representantes façam relatórios  
(742) junto às Câmaras Temáticas da COPA, para conhecimento de todo o Conselho.  
(743) Sendo designada a apresentação do Secretário da COPA, na próxima Reunião  
(744) Ordinária. **13.** Apresentação Grupo de Trabalho Adequação do Regimento feito pelo  
(745) Conselheiro Antonio Marcos Dorigão, o Conselheiro esclareceu que em reunião  
(746) realizada por esta Câmara técnica foi alterado o Regimento Interno, Lei 15.229  
(747) estabelece a criação do Conselho Estadual das Cidades, durante a reunião em Foz do  
(748) Iguaçu pegou a parte do Regimento que trata da quantidade de membros e fez a  
(749) alteração, a função deste GT é adotar a legislação vigente, não é reformar, foi criada  
a recomposição de no máximo 21 membros, garantindo que em cada câmara haja um



(750) membro de cada segmento, esta é adequação que foi feita no Regimento. Sendo  
(751) colocada em discussão e votação. Esclarecimentos feito pelos Conselheiros Sérgio  
(752) Ferreira Doszanet que disse entender ser apenas uma adequação, verificando que o  
(753) Conselho Estadual é uma imposição, que o Presidente deveria ser escolhido entre  
(754) outros Conselheiros, não como oposição do Governo do Estado, que isto seja revisto  
(755) que deveria ser escolhido o Presidente dentro do Conselho; Rosana Maria Bara  
(756) Castella fez a proposição de que o Presidente do Conselho seja o Secretário, e que  
(757) tendo um Presidente que tenha acesso ao Governador é muito mais fácil por ele ter  
(758) uma influência política, temos assim um articulador; Carlos Alberto Lima estatuto só  
(759) pode ser reformulado por maioria absoluta, a reformulação do Regimento não cabe  
(760) aqui, disse que haverá uma definição legal deste Regimento, comprometimento do  
(761) Sr. Secretário; Aurita Ferreira Bertoli quer ressaltar o exemplo de Apucarana, não  
(762) podemos deixar passar em branco, na minha opinião é um retrocesso uma lei em que  
(763) o Secretário tem que ser o Presidente do CONCIDADES-PR, é o exercício da  
(764) cidadania, que nós estamos representando o Paraná inteiro e que este Conselho tem  
(765) muita força para ter seu próprio Presidente; o Conselheiro Antonio Marcos Dorigão  
(766) finalizou dizendo que a proposta de lei foi encaminhada a todos os Conselheiros e  
(767) que está na Procuradoria Geral do Estado para providências. Sendo a adequação do  
(768) Regimento Interno aprovada por unanimidade. **14.** Apresentação Grupo de Trabalho  
(769) de Capacitação de Conselheiros feita pela Conselheira Eliane Cordeiro de  
(770) Vasconcelos Garcia Duarte; a Conselheira expôs que foi aprovada em reunião  
(771) plenária de 22 de março de 2012 a proposta de elaboração de um curso piloto a  
(772) distância para ser ministrado para os Conselheiros, projeto este discutido com a  
(773) Secretaria Executiva do CONCIDADES-PR, SEDU e IFPR. Ao enfatizar o papel dos  
(774) conselheiros, este curso atenderá àqueles que desejam conhecer, aplicar e ampliar  
(775) conhecimentos sobre as melhores práticas na atuação em conselhos. Público-alvo:  
(776) Membros dos Conselhos Municipais e Estaduais do Estado do Paraná. Ministrantes:  
(778) O Curso contará com profissionais de sólida experiência nas áreas correlatas. Carga-  
(779) Horária: 20 horas. Metodologia: Educação a Distância com suporte tecnológico do  
(780) Instituto Federal do Paraná (com capilaridade em todo o Estado – com tele salas para  
(781) teleconferência); acrescido de material didático impresso (livro com ISBN);  
(782) trabalhar-se-á com interatividade em tempo real, material impresso dialógico,  
(783) interativo e problematizador. Com ambientes virtuais de aprendizagem (lúdicos).  
(784) Conteúdo dividido em 5 módulos de 4 horas. Projeto a ser construído pelo GT em  
(785) consonância com a Secretaria Executiva do CONCIDADES e SEDU. Proposta de  
(786) início de Curso para o 1º Semestre de 2013; Esclarecimentos feito pelos  
(787) Conselheiros Rosa Maria Moura da Silva: “É uma pergunta, não desmerecendo a  
(788) proposta em hipótese alguma, mas o GT anteriormente produziu uma série de  
(789) proposições tem um material grande, que deve estar até disponibilizado na SEDU  
(790) inclusive e eu queria saber se vocês deram continuidade aquilo se valerem daquele  
(791) material, se tiveram conhecimento dele porque era riquíssimo e seria interessante  
(792) considerá-lo agora?”; Lindelma Furtado de Melo Chionpato: “A capacitação é super  
(793) fundamental, parabéns! A minha preocupação, até estou falando aqui por mim,  
(794) dentro das minhas limitações e até como suplente da AMEPAR aqui neste Conselho  
e quando nós falamos inclusive até das próprias parcerias com o IFPR que nós



(795) devemos fazer. Com todo respeito que tenho aquela instituição mas a minha  
(796) preocupação é a seguinte: nós iniciamos um curso ali onde eu Lindelma consegui ter  
(797) acesso exatamente no dia que fazia um mês que o Governador do Estado junto com o  
(798) Presidente da Instituição deram boas vindas aos estudantes e eu particularmente  
(799) fiquei com vergonha porque fazia exatamente 30 dias que aquilo tinha acontecido  
(800) quando eu consegui acessar direitinho como deveria, não diferente de tudo que  
(801) ocorreu e para não tomar o tempo porque eu falo demais, agora pra encerrar eu fui  
(802) notificada na semana passada de que eu deveria procurar o meu pólo pra eu fazer  
(803) uma prova e eu disse bom o meu pólo deve ser Londrina a gente tem um Instituto  
(804) Federal em Londrina e fui procurar, chegando lá eu fui avisada que não tinha  
(805) conhecimento de nada aí entrei em contato onde fui informada de que Londrina não  
(806) aderiu ao pólo e de que eu deveria me dirigir na sexta feira em determinada hora no  
(807) município de Rolândia tá, 2 horas depois me avisaram que eu deveria me dirigir na  
(808) segunda feira às 10 horas no município de Rolândia, eu sou Assessora da Diretoria  
(809) da Companhia de Habitação de Londrina e exatamente as 10 horas estava mudando  
(810) toda a diretoria da companhia e inclusive vou ser bem sincera pra vocês corria o risco  
(811) de até eu mesma ser a Presidente da companhia nós não sabíamos quem era, então  
(812) como é que eu ia deixar sabendo que a diretoria tinha saído e não teria ninguém ali  
(813) pra recepcionar a nova diretoria então gostaria de estar registrando isso, não pude ir a  
(814) prova por causa dessa situação, hoje parece que não foi nada pra você justificar dessa  
(815) forma mas naquele momento havia uma mudança na COHAB e eu não podia me  
(816) ausentar de forma alguma. Ainda não justifiquei isso por escrito, estou aproveitando  
(817) e fazendo aqui, então assim eu penso que nós poderíamos, talvez aprender a mexer  
(818) com os instrumentos pra depois ser cobrado prazos. Obrigado.”Alceu Valdomiro  
(819) Blaca do Nascimento: “Eu queria sugerir que fosse um prazo maior que nós estamos  
(820) nesse mês de Julho, Agosto e Setembro e eu tenho quase certeza que muita gente vai  
(821) estar envolvida nas eleições aí ser meio complicado, então de repente a partir de  
(822) Outubro daria ate um prazo maior.”; Antonio Marcos Dorigão: “Questão de  
(823) esclarecimento, a idéia do curso é atender o máximo possível de conselheiros, seja do  
(824) Conselho Estadual seja do Conselho Municipal, agora se fosse pra fazer uma  
(825) capacitação pra nós aqui que somos em 80 não precisaria usar essas ferramentas  
(826) esses recursos que vão atingir mais pessoas faríamos uma capacitação presencial e  
(827) ficaria muito mais em conta né Eliane, essa que é a questão colocada.; José Abel  
(828) Brina Olivo: “Aproveitando a colaboração da Lindelma, acho que a gente poderia  
(829) promover este curso para os Conselheiros mas não devemos incluir a prefeitura,  
(830) vejam bem Guarapuava está entre os dez maiores municípios do Estado, o único que  
(831) esta fazendo o curso sou eu e o meu pólo é em Irati mais de 100 km e dois pedágios  
(832) porque a prefeitura não aderiu e daí. Tem que dar tijolada no prefeito vejam bem,  
(833) acho bom buscar recursos, mas não contem com as prefeituras, porque o interesse é a  
(834) capacitação acho que de todos os Conselheiros.” Carlos Lima: “Quero contar uma  
(835) pequena história do nosso conselho, esse pleito já vem a muitos anos, essa comissão  
(836) de trabalho elaborada pelos conselheiros já esta consolidada, nós fizemos essa  
(837) colocação pro Secretário e houve garantia de continuidade nesse Governo que esse  
(838) Curso seria oferecido primeiramente para os conselhos municipais atinente no  
planejamento urbano que fosse garantido em parceria porque o custo é de 680,00



(839) reais por mês, pelo menos era quando nós fizemos o primeiro levantamento  
(840) financeiro, essa é uma questão que os recursos tem que sair do Governo do Estado  
(841) como já no Governo anterior, confirmando aqui a SEDU tinha um indicativo de  
(842) recursos financeiros para aplicar nessa questão porque o Instituto Federal do Paraná  
(843) entra com toda a técnica e já estão em contra partida que a idéia seja pública. Outra  
(844) questão que eu não sei que horas que eu perdi a informação, mas na ata da 15ª R.O.  
(845) nós temos aprovada os nomes que foram aprovados aqui para fazer o curso,  
(846) lembrando que é para que todos os Conselheiros tenham acesso ao seu nível de  
(847) necessidade quer que seja graduação ou pós-graduação e futuramente mestrado como  
(848) é já indicativo desse GT da perspectiva de formação de grupos não governamentais.  
(849) E ouve uma reclamação até agora ninguém levantou, mas então vou levantar, sobre o  
(850) aspecto das inscrições nesses cursos ofertados, veio um e-mail para mim e eu até  
(851) sinalizei áreas que eu gostaria de fazer e depois não houve nenhum outro  
(852) comunicado, não sei aonde se perdeu esse processo e agora eu chego aqui e o curso  
(853) ta andando, então eu queria só saber aonde o 'caminhão' desviou ou se eu 'caí do  
(854) caminhão' porque eu não estou sabendo o que foi que aconteceu, eu tenho um e-mail  
(855) que eu mandei dizendo a área que eu gostaria de fazer e depois eu estou aqui já  
(856) sabendo que tem prova, então eu queria esclarecimentos."Osni Bazilio Mendes:  
(857) "Carlos eu queria só esclarecer, até numa forma de prestigiar o grande trabalho que a  
(858) comissão, os profissionais da SEDU, fizeram na ultima reunião do Conselho onde  
(859) ofertaram a todos inclusive se o Sr. não pegou estava aqui a disposição muito antes  
(860) do e-mail, ficando a disposição para que se fizesse as inscrições aqui e foi informado  
(861) inclusive aqui pela comissão organizadora e as inscrições se deram aqui mesmo  
(862) nessa sala, eu me inscrevi e outros companheiros se inscreveram para a graduação,  
(863) pós graduação e além disso depois foram enviados e-mails. E estou aqui fazendo  
(864) esclarecimentos do Curso que é o que o Carlos esta pedindo esclarecimento e  
(865) reclamando da sua não inscrição, que esteve sim a disposição do Conselheiro e teve  
(866) ainda a entrega de folder, panfletos e cartazes e inclusive com inscrições abertas aqui  
(867) sim. Bem queria dizer agora para o que eu realmente me inscrevi, Abel eu gostaria  
(868) que você refletisse melhor essa sua fala de pouco, que eu tenho inclusive a obrigação  
(869) e dizer o seguinte que se há dificuldade nas prefeituras e com certeza muitas as  
(870) dificuldades agora com certeza, eu duvido, e gostaria até se há em Guarapuava má  
(871) vontade de alguma administração em não trabalhar o processo de qualificação  
(872) continuada quando o Sr. coloca que se todas as prefeituras a administração não  
(873) funciona, eu quero lembrar que tem sim em processos que aconteçam de um ano para  
(874) um mesmo ano não tem como viabilizar, e esta viabilidade acontece sim desde que se  
(875) busque parcerias para que se faça constar no orçamento do ano seguinte para que as  
(876) coisas consigam ser viabilizados porque existe esse processo que se conhecessem  
(877) muito bem como funciona em Prefeitura e tem viabilidade sim, tem possibilidades,  
(878) várias as prefeituras inclusive aqui da região por exemplo a ASSOMEC faz a  
(879) participação, a qualificação continuada e investe nos seus procuradores pra que  
(880) melhore o seu nível de atuação, não é aceitável que no Conselho Estadual das  
(881) Cidades se tenha um posicionamento como esse, falando de forma desrespeitosa  
(882) como se fez aqui sobre as prefeituras, as prefeituras são grandes parceiros é lá na  
ponta que o servidor atua e é nesse momento e é la que se acontece os investimentos





(883) na formação continuada sim e também porque o Estado tem feito isso também tem  
(884) que reconhecer. E eu gostaria de dizer o seguinte, nós estamos no período eleitoral e  
(885) não impede que os orçamentos contemplem pra o ano que vem e nas próximas  
(886) gestões formação continuada de seus colaboradores, não aceito e peço que conste em  
(887) Ata o repúdio a forma desrespeitosa que se falou aqui das Prefeituras desse Estado.”  
(889) **15.** Apresentação do Grupo de Trabalho de Conflitos Fundiários realizada pela  
(890) Conselheira Giovana Bonilha Milano; primeiramente a Conselheira relatou as  
(891) pendências da gestão anterior, quais são: - Realização de um Seminário sobre  
(892) Conflitos Fundiários no Estado do Paraná, a ser organizado pelo GT; - Encaminhar  
(893) aos municípios a resolução n.º7/2009 do Conselho Nacional das Cidades sobre a  
(894) Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos. Dando continuidade a sua  
(895) explanação a Conselheira relatou as propostas feitas pelo GT: 1-Elaborar resolução  
(896) acerca da campanha nacional sobre a função social da propriedade organizada pelo  
(897) Fórum Nacional da Reforma Urbana; 2- Verificar e requisitar a inclusão de  
(900) informações sobre a PEC/Moradia no site do Concidades PR; 3-Convidar o professor  
(901) Leandro Gorsdorf da Universidade Federal do Paraná para apresentação da pesquisa  
(902) “Mediação de Conflitos e Justiça Territorial” na próxima reunião; 4- Na próxima  
(903) reunião, a partir da leitura do 2008 adequar as propostas pendentes à realidade atual e  
(904) planejar sua execução; 5-Solicitar ao plenário a realização de uma reunião  
(905) extraordinária do GT para que possamos organizar os trabalhos. Para finalizar a  
(906) Conselheira relatou que diante da necessidade de eleição de um coordenador para  
(907) condução das atividades do GT, foi eleito o conselheiro Anselmo, por unanimidade.  
(908) Com o mesmo objetivo, elegeu-se a conselheira Giovanna Milano para a função de  
(909) relatoria. Esclarecimentos Anselmo Schwertner: “A gente esta pedindo, se é possível  
(910) ter essa extraordinária, o que se pois o grupo de conflitos ficaria com uma diária a  
(911) mais voltaria um dia depois e poderia fazer um trabalho, aproveitar a própria  
(912) estrutura a própria despesa de passagem e tudo mais, se isso é possível ou não.;  
(913) Alceu Valdomiro Blaca do Nascimento: “Eu só queria reforçar e seria muito  
(914) importante verificar como está a situação da PEC/moradia, acredito que muitos  
(915) Conselheiros aqui não tem o conhecimento de como que está no Congresso então a  
(916) gente reforça que a Secretaria providencie o material para que a gente, não só eu mas  
(917) todos os conselheiros aí se aprofundem mais no PEC/moradia.; Mirabel Caldeira  
(918) Lopes: “Eu só gostaria de lembrar o GT que eu participei do grupo de trabalho de  
(919) conflitos fundiários e há um trabalho assim grandioso, sistematizado a Sara  
(920) coordenou esse trabalho muito bem, conduzido e que eu penso que o grupo poderia  
(921) aproveitar a onde se parou esse trabalho pra não começar tudo de novo aquilo que a  
(922) gente já avançou então a gente buscando esse resgate dessas informações já  
(923) consolidadas, vocês terão um ganho de tempo extraordinário, essa é a minha  
(924) recomendação.” ; **16.** Encerramento feito pelo Secretário Executivo Eduardo Manoel  
Araujo.



**Eduardo Manoel Araújo** - Secretário Executivo do CONCIDADES PARANÁ

1. Alceu Valdomiro Blaca do Nascimento
2. Anselmo Schwertner
3. Antonio Marcos Dorigão
4. Aurita Ferreira Bertoli
5. Carlos Alberto Lima
6. Carlos Roberto Bittencourt
7. Cincinato Augusto Buzato
8. Débora Cristina Barreto
9. Douglas Roberto Lopes dos Santos
10. Edilene Teresinha da Silva
11. Eliane Cordeiro de Vasconcelos  
Garcia Duarte
12. Eliete de Campos Lima
13. Elizabeth Bueno Cândido
14. Gilmário Ferraz da Silveira
15. Hilma de Lourdes Santos
16. Honorina Irene Silva Santos
17. Jair Euclides Capristo
18. José Abel Brina Olivo
19. José Aparecido Leite
20. Juan Ramon Soto Franco
21. Lindelma Furtado de Melo Chionpato
22. Luis Henrique Cavalcanti Fragomeni
23. Luiz de Mauro
24. Marcos dos Santos Fagundes
25. Marli Segato Babinski
26. Mauro Sergio Langowiski
27. Milton Luiz Brero de Campos
28. Mirabel Caldeira Lopes
29. Neuza Matias Catarino
30. Nilson Ferreira de Souza
31. Osni Bazilio Mendes
32. Paulo Nobukuni
33. Ricardo Tempel Mesquita
34. Rosa Maria Moura da Silva
35. Rosana Maria Bara Castella
36. Sandro Almir Setim
37. Sebastião Francisco Rego
38. Sérgio Ferreira Doszanet
39. Sirlei César de Oliveira
40. Tânia Mara Queiroz Ribas
41. Terezinha Aparecida de Lima
42. Timóteo Borges de Campos
43. Valdívia dos Santos Lima
44. Valter Fanini
45. Zilda Maria Cavalarini